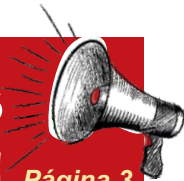


Governo anuncia reajuste de benefícios

Auxílio alimentação será de R\$ 1.192,00. Conquista da nossa luta!

Página 3



8M SÃO LUÍS Dia Internacional da Mulher

Ato Político Geral, Roda de Conversa da CUT e Ação Sintsprev-Ma marcam a data com reflexão e ação .

Págs 4/5/6



Ato realizado no Largo do Carmo; Roda de Conversa na sede da CUT e Atividade no Sintsprev



GEAP: SintsprevMA se reúne com Gerência para tratar de demandas dos usuários e publica Nota Informativa sobre reajustes sucessivos do Plano

Confira nas páginas 7 e 8

Entidades do Setor Público das Três Esferas da CUT se reúnem para alinhar e unificar a luta dos servidores públicos .

Pág 9



Editorial

Página 2

PARA TRATAR DE FORMA SÉRIA O DEBATE SOBRE VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Lula veta 'penduricalhos' aprovados no Congresso e Ministro Flávio Dino dá decisão liminar que suspende verbas indenizatórias sem previsão legal. Decisão acertada.

Editorial

PARA TRATAR DE FORMA SÉRIA O DEBATE SOBRE VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Nos últimos meses, o debate sobre os 'privilégios' no serviço público voltou a ter destaque, a partir do veto do presidente Lula aos 'penduricalhos' aprovados no Congresso e posterior decisão liminar do Ministro do STF Flávio Dino, do início de fevereiro, que determinou que, 'no prazo de até 60 dias, órgãos de todos os níveis da Federação – União, estados e municípios – revisassem as verbas pagas aos membros de Poderes e a seus servidores públicos. As parcelas que não tiverem previsão expressa em lei deverão ser imediatamente suspensas após esse prazo'.

A decisão suspende, na verdade, as verbas classificadas como indenizatórias, chamadas de "penduricalhos", que, na prática, aumentam salários e permitem a ultrapassagem do teto remuneratório previsto na Constituição. A matéria está sendo votada pelo plenário do Supremo, com votação iniciada em 25 de março.

Achamos importante registrar e publicizar: **o Sintsprev Maranhão, assim como a maioria das entidades sindicais que fazem a luta dos servidores públicos, apóia o veto de Lula e a decisão de Dino e espera que o Plenário do STF confirme a suspensão dos penduricalhos.**

Essa opinião é também expressa e justificada muito bem na Nota do Coletivo das Três Esferas da CUT sobre o tema. Veja alguns trechos:

Estas verbas “constituem um aumento salarial disfarçado, criado para driblar o teto constitucional e ocultar remunerações que chegam a ultrapassar R\$ 100 mil ou até R\$ 200 mil, totalmente dissociadas da realidade da imensa maioria do funcionalismo brasileiro.

Trata-se de uma prática que beneficia uma casta restrita, que não representa o serviço público real. Enquanto juízes, procuradores e altos dirigentes acumulam auxílios de todos os tipos, as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público — municipais, estaduais e federais — sobrevivem, na maioria das vezes, com salários baixos e congelados...

...Os 'penduricalhos' distorcem a transparência, fragilizam o debate público sobre carreira e Estado, sobre o papel do servidor, reforçam o discurso falacioso do “alto custo” com o serviço público para pressionar a redução de investimentos sociais e encobrir os verdadeiros privilégios.

Por isso, o Coletivo das Três Esferas considera correta as decisões de Lula e Dino ao defenderem que o Estado brasileiro cumpra rigorosamente o teto constitucional, acabe com os artifícios remuneratórios e trate de forma séria o debate sobre valorização do serviço público — que deve começar pelas bases, não pelo topo...

...O país precisa de políticas de valorização efetiva e transparente com investimento na entrega das políticas públicas, especialmente aquelas fundamentais para redução das desigualdades e injustiças sociais.”

NÓS ASSINAMOS EMBAIXO.



SINTSPREV-MA

Rua Silva Jardim, nº 513 - Centro
São Luís-Maranhão

Tel: (98) 3232 1937 | Cel: (98) 98889 0006
Email: sintsprevma@veloxmail.com.br

GESTÃO 2022/2026
UNIDADE, TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

SEC. DE ORGANIZAÇÃO

Euzamar Alves Rêgo
Grenilda de Jesus Silva Saraiva
Neuza Cristina Oliveira Froz

SEC. DE FORM. E POL. SINDICAL

José Ribamar Carvalho Novaes
Maria Julia Reis Nogueira
Maria Mirian Penha Leal

SEC. DE COMUNICAÇÃO

Eliete Socorro Matos Ribeiro
Gina Milse da Silva Sampaio
Maria Raimunda Sobrinho Rudacoff

SEC. DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Luís Nascimento Pereira
Rosemary Santos Durans
Wagner Machado Spindola Brandão

SEC. DE SEGURIDADE SOCIAL

Luiza Cardoso Ferreira
Maria Odete Araújo Campos
Mary Junia Barros Pereira

SEC. DE POL. SOCIAIS E CULTURA

Antônio Luís Andrade Soares
Joel Silva Costa
Maria das Graças Correia Câmara

SEC. DE ADM. E FINANÇAS

Lucy Mary Martins Silva
Margaridade Jesus Santos da Costa
Wilmar Lopes Ferreira

SEC. DE APOSENTADOS

Adelaide Regina C. Perdigão Vaz
Clenir Matos Viana
Maria da Conceição Araújo Gomes

SEC. DA JUVENTUDE

Genivaldo Cunha da Rocha
KésiaCristyne Silva Santana
Sílvia Cristina Sá Lessa

SUPLENTES DA DIRETORIA

Aldecy Moraes Ribeiro
Francisco José Caldas Carvalho
Cacilda Cunha Castro
Laudineia Santos do Nascimento
José de Ribamar Lopes Ferreira
Maria da Graças Souza de Lima
Sílvia Cristina Lopes Ferreira

CONSELHO FISCAL

Jucileide de Jesus Ferreira Oliveira
Maria das Dours Barros
Maria Vitória Silva Andrade

SUPLENTES DO CONS. FISCAL

Gercina Dalva G. de Sá Menezes
Marco Aurélio Barros Araújo



informa
SINTSPREV-MA

Redação, Revisão e Edição:
Elziene Lobato e Aracéa Carvalho
Projeto Gráfico/Editoração Eletrônica:
Aracéa Carvalho

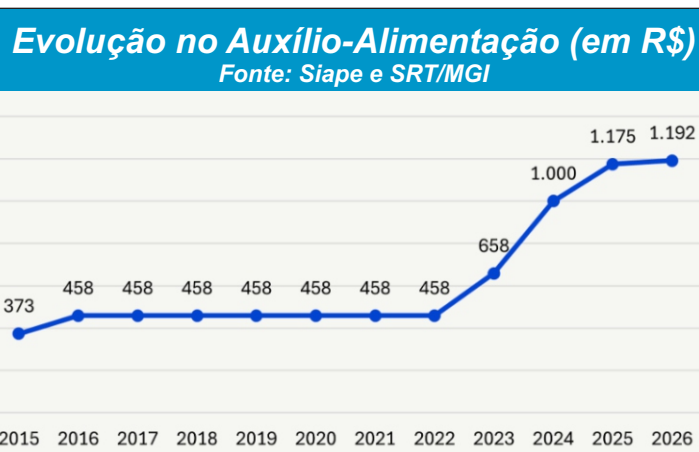
Governo anuncia novo reajuste de benefícios aos servidores federais durante reunião da Mesa Nacional de Negociação

Auxílio alimentação passará a R\$ 1.192,00; Assistência pré-escolar e Assistência à Saúde suplementar também serão reajustadas: fruto da negociação e da luta dos servidores públicos

O Governo Federal, através do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), e representações sindicais dos servidores públicos federais realizaram a 14ª Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (foto) no dia 26 de março, em Brasília. Na pauta, reajuste dos benefícios, funcionamento das mesas e outros assuntos.

O reajuste dos benefícios, juntamente com reajuste salarial e avanço na reestruturação da carreira tem sido um tripé constante do debate proposto pelas entidades sindicais como essencial para valorização efetiva dos servidores públicos. O Governo, diante disso, havia se comprometido com a recomposição gradual de salários e benefícios.

No caso do Auxílio alimentação, por exemplo, avançamos substancialmente, saindo de R\$ 458,00, em 2022 para R\$1.192,00, em 2026, o que representa reajuste acumulado, no atual Governo, de 160%. O valor reajustado, segundo o MIG, será pago aos servidores em maio.



No caso da Assistência pré-escolar, o novo valor será de R\$ 526,34, o que significa reajuste de 64%, entre 2022 e 2026. Já a Assistência à saúde suplementar passa de uma média R\$ 146,00, em 2022, para média de R\$ 213,78. O valor reajustado desses dois benefícios será pago aos servidores em junho, segundo informação do Ministério na Mesa.

Outros pontos discutidos

• **Empréstimos consignados e desconto sindical** - O Ministério apresentou a Portaria nº 984/2026, que trata de novas regras para os dois;



Foto: Washington Costa (Gov.br)

• **Lei Geral da Gestão Pública** - Foi apresentado o texto que reformula o Decreto-Lei nº 200/1967, elaborado, segundo o MIG, por uma comissão de especialistas e ainda em fase de avaliação pelo governo federal. A priori, as entidades sindicais têm críticas à proposta por avaliar como uma reforma administrativa paralela, que pode consolidar o desmonte do Estado, com permissão de criação de subsidiárias privadas e contratação via CLT, instituição de mecanismos de avaliação que podem levar à perseguição política; além de não tratar de negociação coletiva e organização sindical.

• **Convenção nº 151/OIT** - A proposta de Projeto de Lei que trata da incorporação da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao ordenamento jurídico nacional foi mais uma pauta levantada pelos representantes sindicais.

• **Outros temas** - Saúde e qualidade de vida no trabalho; Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PFPEAD) e Comissão Interna de Saúde e Segurança do Trabalho (CISSP) também foram temas tratados.

Guia sobre Mesas Setoriais

O Ministério de Gestão também apresentou o *Guia sobre as Mesas Setoriais*, que detalha como funcionam esses espaços de negociação entre Governo e Servidores, falando sobre o papel das Mesas Setoriais, quem participa e quais procedimentos devem orientar seu funcionamento.

As entidades acham a iniciativa importante, mas entendem que não supre totalmente a necessidade de debater e estabelecer conjuntamente as regras, os fluxos e os prazos no âmbito das mesas, que há muito têm sido objeto de crítica das representações dos servidores.

8M SÃO LUÍS

Dia Internacional da Mulher é marcado por ato político no centro da cidade

Os movimentos feministas, sindical e popular fizeram um grande ato neste 8 de Março de 2026, com concentração no Largo do Carmo/Praça João Lisboa, encerrando no palco da Feirinha São Luís, após breve caminhada.

O 8M 2026 teve o tema “Pela Vida das Mulheres - contra o imperialismo, por democracia, soberania e fim da escala 6 x 1” e o lema ‘Não à violência contra as mulheres e ao feminicídio’. A ideia era denunciar todas as formas de violência contra a mulher, o aumento do feminicídio, sem esquecer, no entanto, outras bandeiras essenciais na construção de um mundo melhor e mais justo para as mulheres e para todas as pessoas, como a defesa da democracia e da soberania e o fim da escala 6 x 1, que tanto penaliza a classe trabalhadora no Brasil, em especial as trabalhadoras, com uma tripla jornada.

O ato contou com participação muito significativa dos movimentos sindical e popular. A CUT esteve presente através da sua Secretaria das Mulheres e outros dirigentes, além de vários de seus Sindicatos, como o Sintsprev Maranhão, que teve forte participação.

A data também foi marcada por outras atividades (veja nas páginas 4 e 5).



SintsprevMa teve participação expressiva. Acima, membros da Diretoria do Sindicato com outras companheiras. Ao lado, com os companheiros do Sintsep-Ma (Sindicato dos Servidores Estaduais).



Ato Geral, no Largo do Carmo, coordenado pelo Fórum Maranhense de Mulheres, em parceria com entidades e coletivos dos movimentos feminista, sindical e popular.

CUT REALIZA RODA DE CONVERSA 8 DE MARÇO COM REFLEXÃO E AÇÃO

No dia 12 de março foi a vez da Roda de Conversa promovida pela secretaria de mulheres da CUT Maranhão, com o tema “Quem ama não mata”, com mediação de Margarida Costa, dirigente do SintsprevMa e Secretária de Mulheres da CUT, e com participação de Mary Ferreira, coordenadora do Fórum Maranhense de Mulheres, Nivaldo Araújo, Superintendente Estadual do Trabalho e Júlia Reis, dirigente do SintsprevMa, da CNTSS e da Executiva da CUT Brasil, além de performance poética da cordelista e escritora Gorete Pereira.

A Profa Mary Ferreira iniciou sua participação lembrando que o tema ‘Quem ama não mata’ foi um slogan criado pelos movimentos feministas em 1976, após a morte de Ângela Diniz, assassinada pelo seu companheiro Doca Street, quando a legislação tolerava que homens matassem por legítima defesa da honra. Mary, então, fala sobre o sentimento de que a luta em defesa da vida das mulheres parece não avançar, ou pior, parece às vezes retroceder, e faz um resgate histórico demonstrando que o cenário político e social do país interfere em tudo, inclusive nos avanços e retrocessos que marcam a luta das mulheres.

A professora resgata uma montanha russa ditada pela política, lembrando do período da Ditadura, do restabelecimento da democracia e dos avanços da Constituição de 88, da onda neoliberal que aprofundou os problemas sociais, especialmente a pobreza, na década de 90, do respiro nos primeiros governos de Lula, com grandes avanços sociais e nos direitos das mulheres e outros segmentos e do grande retrocesso pós golpe contra Dilma Roussef, nos governos Temer e Bolsonaro. Ela lembra que a escalada da extrema direita fortaleceu um cenário de machismo, misoginia, cultura do ódio contra mulheres, surgimento de grupos masculinistas que são verdadeiras associações criminosas.

Nivaldo Araújo complementou afirmando que a Lei é importante e fundamental, mas por si só não acaba com a violência. Ele defende que é preciso ampliar a rede de defesa e proteção às mulheres e investir em políticas integradas e reafirmou que a extrema direita precisa ser combatida porque prega na sociedade uma ideia de superioridade de alguns segmentos, tentando justificar o desprezo e o ódio por mulheres, negros e outros.

Júlia Reis afirmou que a resposta a essa escalada de violências contra as mulheres só pode ser construída coletivamente, inclusive com envolvimento de mais homens. Colocou o dedo na ferida, dizendo que o movimento sindical também precisa



rever muita coisa porque, muitas vezes, também é um ambiente machista.

As reflexões trazidas pela mesa provocaram um bom debate com muita participação das pessoas presentes.

A violência contra mulheres precisa ser enfrentada com uma rede de proteção forte, eficaz e articulada

Durante a roda de conversa, a professora Mary Ferreira distribuiu um material sobre Femicídio e outras violências produzido pelo Fórum Maranhense de Mulheres que, dentre outros, destaca:



No Brasil, uma mulher é assassinada a cada 7 horas.

No Nordeste, 62% das mulheres não denunciam violências sofridas.

No Maranhão, 74% das mulheres não denunciam as violências das quais são vítimas. (A subnotificação é um dos maiores desafios no combate à violência de gênero no Estado e no Brasil em geral).

72% das mulheres maranhenses dizem desconhecer seus direitos garantidos pela Lei Maria da Penha.

No Maranhão, houve um aumento de 42,8% na tentativa de homicídios contra mulheres em 2024.

E o número de feminicídios no Estado cresceu 104% entre 2021 e 2025.

O Maranhão possui uma estrutura policial precária, especialmente no interior do Estado, o que dificulta o atendimento às vítimas.

O Fórum alerta que é preciso um compromisso coletivo com a erradicação das violências contra mulheres que passa por: justiça ágil, políticas fortalecidas e educação transformadora.

É preciso ter uma rede de proteção que funcione plenamente, o que inclui segurança pública, justiça, assistência social, educação e saúde.

8M NO SINTSPREV-MA

No dia 06 de março, o Sindicato realizou uma ação simbólica para surpreender as mulheres que fazem o Sintsprev e para as associadas que foram à sede neste dia. Teve lanche, sorteio de brinde, limpeza de pele e muito carinho.



SintsprevMA se reúne com a GEAP para tratar de demandas dos servidores usuários do plano

Representantes do Sindicato se reuniram com a gerente estadual da GEAP, Suzana Lima, em janeiro, para tratar de diversos assuntos de interesse dos filiados, como:

Judicialização de débitos

Inicialmente, foi discutida a questão da judicialização de dívidas. A gerente informou que débitos com até 90 dias permanecem sob responsabilidade da própria GEAP. E, nesse caso, o usuário deve entrar em contato pelos canais do próprio plano (veja no quadro abaixo).

Débitos a partir de 91 dias são encaminhados ao escritório de advocacia especializado Aldrigues Candido, que pode ser contatado por meio de telefone fixo - (61) 3352-5782; WhatsApp - (61) 99301-9232 / (61) 99616-9232 ou E-mail: juridicogeap@aldriguescandido.adv.br .

Parentesco e agregados

Outro ponto abordado foi à questão de parentesco e agregados. A gerente informou que a GEAP deve seguir, obrigatoriamente, as diretrizes estabelecidas pelo Convênio Único, não havendo possibilidade de flexibilização quanto a essas regras no momento.

Suspensão de atendimento de prestadores credenciados

Sobre a suspensão de atendimento de operadores credenciados, foi esclarecido que, a cada 10 anos, ocorre a reconstratualização dos prestadores. Nesse processo, clínicas e médicos precisam atualizar toda a documentação exigida. Caso a documentação não esteja regular, a reconstratualização



não é efetivada. Suzana Lima informou que o único caso ocorrido por esse motivo foi o do Hospital Português, que o atendimento seria descontinuado em fevereiro.

Em relação ao Hospital São Domingos, a suspensão ocorrida em dezembro de 2025 se deu por questões de faturamento. Apesar de ainda existirem pendências, após reunião entre a GEAP e o hospital, os atendimentos foram retomados.

Quanto ao Grupo Rede D'Or (UDI), foi comunicado à GEAP que o grupo encerraria suas operações no Rio de Janeiro e no Maranhão. No entanto, há expectativa de novas tratativas para possível retorno dos atendimentos.

Contrato de reciprocidade com a CASSI

Foi informado ainda que a GEAP mantém um contrato de reciprocidade com a CASSI no interior do Maranhão. Dessa forma, nos municípios onde não houver prestadores credenciados da GEAP, mas houver da CASSI, o usuário poderá ser atendido normalmente.

Por fim, a gerente reforçou a importância de baixar o aplicativo da GEAP, que é de fácil manuseio e permite ao usuário acessar diversos serviços e informações, tornando o atendimento mais ágil e eficiente.



Canais oficiais da GEAP

- **Central de Atendimento: 0800 150 0095**
- **WhatsApp: (31) 3614-0097**
- **Chamada de voz: (27) 4042-1931 ou (27) 3207-1713**

NOTA INFORMATIVA DO SINTSPREV-MA E SUA ASSESSORIA JURÍDICA**REAJUSTES SUCESSIVOS DA GEAP
E O CENÁRIO JURÍDICO ATUAL*****Aos Servidores e Servidoras,***

O Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado do Maranhão (Sintsprev/MA) vem a público esclarecer a situação jurídica referente aos sucessivos reajustes aplicados pela GEAP Autogestão em Saúde e as estratégias de defesa dos direitos dos beneficiários.

1. O panorama das ações judiciais

Nos últimos anos, o setor jurídico tem empenhado esforços em diversas ações para contestar a abusividade dos aumentos. No entanto, o entendimento dos tribunais tem consolidado um entendimento desfavorável aos servidores.

A jurisprudência atual entende que a GEAP, por operar na modalidade de autogestão multipatrocinada, possui regras específicas. A justiça tem julgado improcedentes as alegações de abusividade dos reajustes, sob o argumento de que:

- Os aumentos estariam lastreados em cálculos financeiros e atuariais;
- A medida visaria evitar a "ruína das carteiras", sob o pretexto de garantir a continuidade do plano para todos.

2. A atuação das entidades sindicais e associativas

Apesar do cenário jurídico adverso, o movimento sindical e associativo mantém uma postura de resistência ativa. Diversas entidades de representação dos servidores públicos, em uma frente unificada, têm buscado suspender os efeitos dos reajustes abusivos através de tentativas de diálogos institucionais e pressão administrativa junto à GEAP.

Um marco relevante dessa atuação ocorreu em dezembro de 2025, quando as teses defendidas pelas entidades de classe, incluindo a FENASPS, resultaram em decisões favoráveis que determinaram a suspensão do segundo reajuste de 2025 (originalmente aplicado em junho daquele ano). Essa vitória demonstra que, embora o Judiciário seja conservador em temas de autogestão, a mobilização conjunta das federações e associações consegue impor limites a cobranças desproporcionais.

O SINTSPREV/MA considera inaceitável o abismo criado entre os custos do plano e a realidade remuneratória da categoria: enquanto as mensalidades da GEAP sofrem aumentos agressivos e sucessivos, os reajustes dos vencimentos do funcionalismo público não acompanham essa escalada, resultando em uma perda real de poder de compra e no comprometimento da subsistência dos servidores.

É um contrassenso que, após dedicarem décadas de contribuição e fidelidade, servidores e servidoras sejam confrontados com valores exorbitantes justamente na terceira idade. Quando a assistência à saúde é mais vital, o beneficiário se vê empurrado para fora do plano por absoluta incapacidade financeira, sacrificando sua dignidade e qualidade de vida.

3. Conclusão: os limites da via judicial

Assim, a assessoria jurídica do SINTSPREV/MA tem recomendado cautela em relação ao ajuizamento de novas ações, uma vez que a via judicial, isoladamente, não tem se mostrado o caminho definitivo para a solução do problema. As decisões que consideram os reajustes como "necessários para o equilíbrio atuarial" limitam o alcance das nossas teses jurídicas.

A manutenção do plano de saúde tornou-se insustentável para muitos em razão dos valores vultosos das mensalidades cobradas por faixa etária, somados aos valores de coparticipação. Por isso, reforçamos que a luta contra o desmonte da GEAP e pelo aumento da contrapartida do Governo Federal deve ser, acima de tudo, uma luta política e de mobilização da categoria.

O SINTSPREV/MA continuará acompanhando cada desdobramento processual e político, mas a união e mobilização da categoria é essencial para pressionar por uma gestão que respeite a dignidade e o bolso do servidor público.

Informe Reunião do Setor Público das Três Esferas - CUT

Unificar e alinhar a organização para fortalecer a luta dos servidores públicos federais, estaduais e municipais

No dia 05 de março, entidades nacionais cutistas representativas dos trabalhadores das três esferas do setor público se reuniram para alinhamento sobre a luta dos servidores. O nosso ramo foi representado por Júlia Nogueira, presidente da CNTSS e dirigente nacional da CUT, também dirigente do Sintsprev Maranhão.

A reunião discutiu, inicialmente, as pautas prioritárias do setor público, estratégias para regulamentação Convenção 151 da OIT, posicionamento sobre o anteprojeto da Lei Geral da Gestão Pública (substituto do Decreto-Lei 200/67) e organização da Marcha a Brasília. Veja alguns pontos:

1. Convenção 151 da OIT: O setor público defende o envio imediato do projeto de regulamentação da Convenção 151 ao Congresso como uma bandeira política fundamental. A avaliação é que, independentemente das dificuldades de aprovação, a pauta serve para o debate com a base e permite cobrar o posicionamento dos parlamentares.

2. Lei Geral da Gestão Pública (substituto do DL 200/67): a reunião discutiu a proposta da PGR/AGU ao MGI para substituir o Decreto-Lei 200/67 e avaliou tal proposta como uma "reforma administrativa paralela" e gravíssima, pois:

- o Consolida o desmonte do Estado pós-2016.
- o Permite a criação de subsidiárias privadas e contratação via CLT.
- o Representa uma privatização disfarçada, inclusive em setores estratégicos.
- o Institui mecanismos de avaliação que podem levar à perseguição política.
- o Omite a negociação coletiva e a liberdade sindical.

3. Relação com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI): É unânime que há grande dificuldade de diálogo com o MGI, especialmente após as medidas de final de ano que privilegiaram cerca de 8% das categorias (as que já ganham melhor) em detrimento de mais de 90% dos servidores, incluindo aposentados. A falta de um modelo unificado de relações sindicais no governo foi apontada como um dos problemas.



O grupo de entidades também fez uma Análise de Conjuntura e Estratégia, iniciada por Sérgio Nobre, presidente da CUT, que falou sobre a dificuldade de aprovar projetos de interesse dos trabalhadores e da sociedade em geral no Congresso hoje, defendendo que o caminho mais viável para driblar essa rejeição é a construção de acordo dentro do próprio Congresso. Disse que a CUT destacou, dentre as pautas que dependem do Congresso Nacional, a regulamentação da Convenção 151 da OIT, que seria como um aditivo ao modelo sindical para os servidores; a redução da jornada de trabalho/fim da escala 6 x 1; a regulamentação do trabalho por aplicativos.

O presidente da CUT também reforçou a necessidade de pressionar o Governo a reestruturar a negociação coletiva, criando um órgão unificado de relações sindicais. Afirmou também que a CUT se posicionará, através de nota oficial, contra o Decreto-Lei 200/67 (Lei da Gestão Pública) e encaminhará seu posicionamento ao Governo.

No ponto da Marcha a Brasília, prevista para 15 de abril, a CUT concordou com a inclusão da defesa da Convenção 151 da OIT como uma das bandeiras centrais da marcha. E ficaram previstas reuniões de todas as centrais sindicais e uma plenária geral das entidades das três esferas, no decorrer de Março, para organização da Marcha e alinhamento de pautas e estratégias.